

www.pwc.com.br

Monteiro Aranha S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Atividades da Companhia

A Monteiro Aranha S.A. ("MASA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código (*ticker*) "MOAR3", com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 – A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades.

Contexto de negócios em 2024

A Companhia apresentou no exercício social de 2024 um lucro líquido consolidado de R\$ 72.642 comparado a um lucro líquido de R\$ 878.981 registrado no exercício social de 2023.

Em 2024 a Companhia reportou resultado positivo de R\$ 83.395 com outras receitas, líquidas, contra R\$ 90.853 em 2023. A queda se deve principalmente pelo menor recebimento de proventos de suas investidas avaliadas a valor justo e à redução do ganho nas vendas de propriedades para investimento, parcialmente compensados pelo ganho com a bonificação de ações emitidas pela Klabin S.A. aos seus acionistas.

A Companhia apresentou resultado financeiro positivo de R\$ 79.401 em 2024, contra um resultado negativo de R\$ 9.159 em 2023, devido preponderantemente ao melhor resultado dos seus fundos exclusivos, aos menores encargos sobre debêntures e cédulas de crédito bancário ("CCB") em razão do menor volume de dívida, parcialmente compensados pelo menor resultado das aplicações financeiras em renda fixa dado o menor volume de caixa em tesouraria.

O ajuste a valor justo de investimentos engloba a variação dos investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, cujo resultado negativo de R\$ 122.909 em 2024 frente ao resultado positivo de R\$ 1.022.888 em 2023 reflete, majoritariamente, (a) o menor ganho com o ajuste a valor justo do investimento em Klabin S.A.¹, dado que em 2023, além da valorização das suas ações, o valor também engloba o reconhecimento inicial dessa investida a valor justo pela perda da coligação em abril daquele ano, (b) a perda com ajuste a valor justo do investimento em Ultrapar Participações S.A.² devido à desvalorização das ações dessa investida e (c) a perda com ajuste a valor justo no investimento em BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades

¹ Em abril de 2023, a participação da Companhia em Klabin S.A. passou a ser mensurada a valor justo por meio do resultado, dada a perda de influência significativa e da relação de coligação com esta investida. Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Klabin S.A. são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

² Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Ultrapar Participações S.A. são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Agrícolas³.

O resultado de equivalência patrimonial da Companhia foi uma perda de R\$ 21 em 2024 comparado ao resultado positivo de R\$ 47.622 em 2023, o qual apresentava resultado de equivalência patrimonial da investida Klabin S.A.

O resultado positivo de R\$ 58.085 com imposto de renda e contribuição social em 2024, comparado com a despesa de R\$ 247.163 em 2023 ocorreu, majoritariamente, em virtude da baixa dos tributos diferidos devido a amortização parcial de seu fundo de investimento exclusivo e a venda parcial de investimento direto em participações societárias parcialmente compensados pelo aumento dos tributos diferidos pelo ganho com o ajuste a valor justo nestes investimentos.

Em 21 de novembro de 2024 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss Fundo de Investimento Financeiro Multimercado – Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Voss FIF”) (“Oferta”)⁴, no valor de R\$ 370.887, tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Voss FIF foi constituído em novembro de 2024 como um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, para reunir os investimentos que a Companhia buscava alienar nessa Oferta.

A alienação do Voss FIF não gerou lucro contábil dado que a Companhia mensura os seus fundos de investimentos ao valor justo por meio do resultado e, por conseguinte, as variações no valor justo de seus fundos de investimentos já estão apresentadas na demonstração do resultado.

Estrutura de capital

O endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 673.220, sendo composto por CCBs e Debêntures. Do total de dívidas, 46% possuíam garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos, 38% através de alienação fiduciária de ações e 16% sem prestação de garantias reais. Os contratos de empréstimos e debêntures não possuem cláusulas com *covenants* financeiros.

O caixa e as aplicações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2024 eram de R\$ 1.511.457.

Em 2024, a Companhia declarou R\$ 235.000 de proventos sendo R\$ 72.000 em dividendos e R\$ 163.000 em juros sobre o capital próprio.

³ Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

⁴ Em atendimento à regulamentação da CVM aplicável, especialmente as Resoluções CVM nº 44/2021 e 80/2022, a operação foi devidamente comunicada pela Companhia por meio de Fato Relevante divulgado em 22 de novembro de 2024 e no Comunicado sobre transações entre Partes Relacionadas divulgado em 18 de dezembro de 2024, ambos disponíveis para consulta no site da Companhia, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Orçamento de Capital

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram proposta de orçamento de capital, no montante de R\$ 281.480, com duração de 5 (cinco) exercícios sociais, na forma das disposições do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976.

Considerando os investimentos e aportes em fundos de investimentos já executados pela Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram baixados R\$ 162.156 das retenções, restando o montante de R\$ 119.324 para financiar o orçamento de capital previamente aprovado, considerando a previsão de investimentos no período de duração remanescente do orçamento de capital. Assim, o orçamento de capital passa a prever a distribuição de R\$ 45.324 para investimentos e aportes em fundos de investimentos e R\$ 74.000 para serviço das dívidas da Companhia.

Ressalta-se que a totalidade dos investimentos aqui previstos tiveram como fonte lucros retidos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme retenção previamente aprovada nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976, não havendo previsão de retenção adicional de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para essa finalidade.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, datada de 13 de julho de 2022, a Administração da Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em seu relacionamento com o auditor independente, buscou avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. iniciou seus serviços de auditoria externa para a Companhia em 2022.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

A Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Monteiro Aranha S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

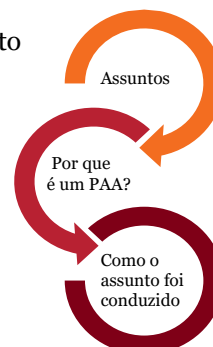
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Monteiro Aranha S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos ativos alienados em transação com acionistas da Companhia (Nota 8 (b))

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 21 de novembro de 2024, a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Crédito Privado Responsabilidade Limitada ("Voss FIF") ("Oferta"), no valor de R\$ 370.887 mil, tendo como público-alvo os acionistas da Companhia.

O Voss FIF foi constituído em novembro de 2024 como um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, para reunir os investimentos que a Companhia buscou alienar nessa Oferta, avaliados pelo seu valor justo.

A metodologia de mensuração ao valor justo desses investimentos considerou a cotação divulgada nas bolsas de valores, transações recentes de aquisição pelo Fundo no período, entre partes não relacionadas e, para os investimentos sem transações observáveis recentes, técnicas de avaliação realizadas por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, desenvolvido por especialistas externos, com utilização de premissas subjetivas.

A mensuração do valor justo desse investimento foi considerada área foco de auditoria devido à sua subjetividade e relevância no contexto das demonstrações financeiras, com o envolvimento de julgamento, por parte da Administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

O entendimento dos principais processos estabelecidos pela administração para assegurar a adequada mensuração do valor justo dos investimentos alienados na Oferta.

Para o investimento com cotação divulgada nas bolsas de valores, comparamos o valor utilizado para a mensuração desses investimentos com o preço divulgado nas bolsas de valores.

Para os investimentos com transações observáveis recentes, inspecionamos, em base de teste, a documentação decorrente da aquisição do investimento pelo Fundo, cujo valor foi considerado como melhor estimativa de valor justo em função da proximidade entre a data da transação e a data da Oferta.

Para os investimentos sem cotação divulgada em bolsas de valores e sem transações observáveis recentes, inspecionamos os laudos de avaliação do valor justo desses ativos elaborado por especialistas externos e, com o auxílio dos nossos especialistas em mensuração de ativos dessa natureza, obtivemos entendimento sobre a metodologia de cálculo e as principais premissas adotadas, bem como analisamos a sua razoabilidade mediante comparação com metodologias e premissas observáveis de mercado.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a mensuração do valor justo dos ativos alienados na Oferta estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.



Monteiro Aranha S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Monteiro Aranha S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos



Monteiro Aranha S.A.

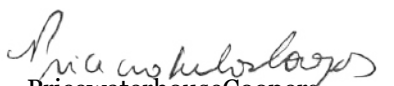
responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	803.163	419.344	805.135	432.981
Aplicações financeiras	4	706.322	846.278	706.322	846.278
Dividendos e JCP a receber	5	4.343	3.201	4.343	3.201
Créditos com operações financeiras	6	-	693	-	693
Contas a receber	7	-	-	25.692	20.716
Tributos a recuperar	10	35.863	15.097	35.974	15.427
Outros	-	5.288	26.450	5.289	26.695
Total do ativo circulante		1.554.979	1.311.063	1.582.755	1.345.991
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	5.729	215.719	5.729	215.719
Contas a receber	7	-	-	20.505	20.389
Partes relacionadas	8	-	368	-	-
Estoque de imóveis a comercializar	9	-	-	4.955	4.955
Outros	-	31	30	113	30
Investimentos em controladas e coligadas	11	51.450	91.170	71	97
Outras participações	11	883.816	1.289.518	883.816	1.289.518
Outros investimentos	-	207	224	207	224
Propriedades para investimento	12	-	-	5.896	40.664
Imobilizado	13	5.539	5.829	5.549	5.842
Intangível		645	674	645	674
Total do ativo não circulante		947.417	1.603.532	927.486	1.578.112
TOTAL DO ATIVO		2.502.396	2.914.595	2.510.241	2.924.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE					
Salários e encargos sociais	-	2.151	2.296	2.161	2.307
Impostos e taxas a recolher	14	459	26.946	775	27.188
Empréstimos	15	109.935	58.083	109.935	58.083
Debêntures	15	14.864	11.705	14.864	11.705
Dividendos e JCP a pagar	18.c	8.714	169.365	8.714	169.365
Fornecedores e outras contas a pagar	-	120	51	3.583	3.534
Obrigações fundos exclusivos	-	610	3.708	610	3.708
Obrigações com operações financeiras	6	253	-	253	-
Arrendamentos a pagar	-	984	949	984	949
Total do passivo circulante		138.090	273.103	141.879	276.839
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos	15	-	50.063	-	50.063
Debêntures	15	548.421	547.658	548.421	547.658
Arrendamentos a pagar	-	5.831	5.926	5.831	5.926
Tributos diferidos	16	457.054	522.679	461.110	528.456
Provisão para perda em investimentos	11	-	10	-	5
Total do passivo não circulante		1.011.306	1.126.336	1.015.362	1.132.108
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18.a	616.838	616.838	616.838	616.838
Reservas de lucros	-	736.162	898.318	736.162	898.318
Total do patrimônio líquido		1.353.000	1.515.156	1.353.000	1.515.156
Participações de minoritários		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.353.000	1.515.156	1.353.000	1.515.156
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		2.502.396	2.914.595	2.510.241	2.924.103

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS OPERACIONAIS					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(814)	47.756	(21)	47.622
RESULTADO BRUTO		(814)	47.756	(21)	47.622
Despesas gerais e administrativas	19	(22.989)	(23.642)	(25.309)	(26.060)
Ajuste a valor justo de outras participações	11	(122.909)	1.022.888	(122.909)	1.022.888
Outras receitas, líquidas	20	82.308	88.929	83.395	90.853
RESULTADO OPERACIONAL		(64.404)	1.135.931	(64.844)	1.135.303
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	162.625	152.936	163.400	153.814
Despesas financeiras	21	(83.988)	(162.915)	(83.999)	(162.973)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.233	1.125.952	14.557	1.126.144
Imposto de renda e contribuição social	22	58.409	(246.971)	58.085	(247.163)
		72.642	878.981	72.642	878.981
Participação de minoritários	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		72.642	878.981	72.642	878.981
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO EM REAIS	18.b	5,93	71,75	5,93	71,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	72.642	878.981	72.642	878.981
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas	-	(4.526)	-	(4.526)
Resultado abrangente total do exercício	<u>72.642</u>	<u>874.455</u>	<u>72.642</u>	<u>874.455</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total	Participação de não controladores	Total
		Legal	Estatutária	Retenção ⁽¹⁾					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	616.838	123.368	493.470	281.480	-	-	1.515.156	-	1.515.156
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	72.642	72.642	-	72.642
Constituição de reserva estatutária	-	-	47.642	-	-	(47.642)	-	-	-
Reversão de proventos prescritos	-	-	202	-	-	-	202	-	202
Dividendos	-	-	(47.844)	(24.156)	-	-	(72.000)	-	(72.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(138.000)	-	(25.000)	(163.000)	-	(163.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	616.838	123.368	493.470	119.324	-	-	1.353.000	-	1.353.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	616.838	123.368	274.470	-	4.526	-	1.019.202	-	1.019.202
Ajuste de avaliação patrimonial de investida	-	-	-	-	(4.233)	-	(4.233)	-	(4.233)
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	-	(293)	-	(293)	-	(293)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	878.981	878.981	-	878.981
Constituição de reserva estatutária	-	-	219.000	-	-	(219.000)	-	-	-
Retenção de lucro	-	-	-	281.480	-	(281.480)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.101)	(1.101)	-	(1.101)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(377.400)	(377.400)	-	(377.400)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	616.838	123.368	493.470	281.480	-	-	1.515.156	-	1.515.156

⁽¹⁾ O saldo desta retenção de lucros não está sujeito aos limites impostos pelo Art. 199 da Lei das Sociedades por Ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		14.233	1.125.952	14.557	1.126.144
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos sobre o lucro:					
Depreciação e amortização		662	634	665	637
Resultado de equivalência patrimonial	11	814	(47.756)	21	(47.622)
Outros tributos		6.042	26.742	6.203	32.462
Resultado de renda fixa		(1.328)	(54.696)	(1.328)	(55.524)
Resultado de renda variável		(90.049)	(93.258)	(90.049)	(93.258)
Bonificação de ações	11 e 20	(28.396)	-	(28.396)	-
Avaliação de propriedades para Investimento		-	-	(389)	(587)
Resultado da alienação de investimentos		-	-	-	162
Reclassificação de outros resultados abrangentes de investida	20	-	(16.542)	-	(16.542)
Ajuste a valor justo de outras participações	11	73.214	(1.095.180)	73.214	(1.095.180)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	15 e 21	80.001	128.512	80.001	128.512
Outros		(307)	(752)	(307)	(752)
Variações nos Ativos e Passivos:					
Tributos a Recuperar		(33.993)	(15.402)	(33.983)	(15.364)
Contas a receber e outros créditos		(2.845)	24.234	27.462	48.388
Impostos e taxas a recolher		(50.001)	(2.909)	(51.082)	(4.229)
Outras obrigações		189	4.212	167	(1.741)
CAIXA GERADO PELAS / (APLICADO NAS) OPERAÇÕES		(31.764)	(16.209)	(3.244)	5.506
Juros e outros encargos pagos		(74.290)	(122.362)	(74.290)	(122.362)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(922)	(996)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(106.054)	(138.571)	(78.456)	(117.852)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários		463.177	(198.029)	463.177	(197.201)
Alienação de investimento	11	307.452	980.413	307.119	980.413
Dividendos e juros sobre capital próprio	11	90.728	97.547	51.798	87.367
Outros		(343)	(671)	(343)	(673)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		861.014	879.260	821.751	869.906
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18 (d)	(371.141)	(167.922)	(371.141)	(167.922)
Ingresso de empréstimos e debêntures	15	-	300.000	-	300.000
Liquidação de empréstimos e debêntures	15	-	(600.000)	-	(600.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(371.141)	(467.922)	(371.141)	(467.922)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		383.819	272.767	372.154	284.132
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		419.344	146.577	432.981	148.849
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		803.163	419.344	805.135	432.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.296)	(6.623)	(7.475)	(8.103)
	(6.296)	(6.623)	(7.475)	(8.103)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(6.296)	(6.623)	(7.475)	(8.103)
Depreciação e amortização	(662)	(601)	(665)	(603)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(6.958)	(7.224)	(8.140)	(8.706)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(814)	47.756	(21)	47.622
Receitas financeiras	162.625	152.936	163.400	153.814
Outras líquidas	82.308	88.929	83.395	90.853
Ajuste a valor justo de outras participações	(122.909)	1.022.888	(122.909)	1.022.888
	121.210	1.312.509	123.865	1.315.177
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	114.252	1.305.285	115.725	1.306.471
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração direta	10.241	10.242	10.285	10.294
Benefícios	3.020	2.779	3.022	2.780
FGTS	372	487	376	491
	13.633	13.508	13.683	13.565
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(56.229)	249.744	(54.814)	250.813
Estaduais	3	6	3	8
Municipais	73	3	70	3
	(56.153)	249.753	(54.741)	250.824
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas com aluguéis e condomínios	142	128	142	128
Despesas financeiras	83.988	162.915	83.999	162.973
	84.130	163.043	84.141	163.101
Remuneração de capitais próprios:				
Juros sobre o capital próprio	25.000	377.400	25.000	377.400
Lucros (prejuízos) retidos no exercício	47.642	501.581	47.642	501.581
	72.642	878.981	72.642	878.981
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	114.252	1.305.285	115.725	1.306.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Monteiro Aranha S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código (*ticker*) “MOAR3”, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 – A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades.

Não houve alteração nas atividades operacionais das empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia no exercício. Tais informações estão apresentadas na nota explicativa 11.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em **21 de fevereiro de 2025**.

2 Políticas contábeis materiais

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS[®] Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC[®] Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC[®] Interpretations*), assim como pela apresentação destas demonstrações financeiras em consonância com as normas emitidas pela CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão, aplicáveis também às entidades de incorporação imobiliária no Brasil.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA, cuja finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado (DVA)”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto ela está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas propriedades para investimento, por outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e pelos ativos e passivos financeiros, que são mensurados a valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas, conforme descritas na **nota explicativa 2.3**.

(i) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora incluem a carteira do seu fundo de investimento exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior (“Bergen FIA”), assim como do Nordland Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior (“Nordland FIA”) e Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior (“Stavanger FIA”), todos fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo Bergen FIA, e Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário (“Bryggen FII”) e Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior (“Narvik FIA”), fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo Stavanger FIA. O Bergen FIA e o Nordland FIA são fundos de investimentos geridos de forma discricionária pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., o Narvik FIA é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela Safra Asset Management Ltda., o Stavanger FIA é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela VGR Gestão de Recursos Ltda. e o Bryggen FII é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. Em dezembro de 2024, o Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Alta FIP”), fundo exclusivo cujas cotas eram detidas integralmente pelo Bergen FIA e passaram a ser detidas integralmente pelo Voss Fundo de Investimento Financeiro Multimercado – Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Voss FIF”), foi alienado no âmbito da oferta pública das cotas do Voss FIF, realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**.

(ii) Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia consolida todas as sociedades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As datas das demonstrações financeiras das empresas consolidadas são coincidentes com as datas da Controladora.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as sociedades das quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas controladas e suas respectivas participações estão detalhadas na **nota explicativa 11**.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a sociedade correspondente.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Controladora e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as operações de aquisição ou venda de participação em uma controlada com não controladores como transações entre a Companhia e seus próprios sócios.

A diferença entre o valor negociado e o valor da participação dos não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido atribuível aos sócios da Controladora, e não ao resultado do exercício.

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter o controle, o valor remanescente de sua participação na sociedade é remensurado a valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transferência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, dependendo da manutenção de sua influência na investida.

(d) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com direito de voto ou, ainda, se ficar caracterizado que há influência significativa, independentemente do percentual de participação. Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A. (“Klabin”), ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de abril de 2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e conseqüentemente, nos processos decisórios da Klabin, passando a não ter mais influência significativa, e portanto, deixando sua relação de coligação até então mensurada pelo método da equivalência patrimonial, para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado (**nota explicativa 11**).

Controladas em conjunto são todas as sociedades sobre as quais a Companhia possui o controle compartilhado do negócio, contratualmente convencionado, onde as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo (**nota explicativa 11**).

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nas reservas de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e nas reservas da Companhia respectivamente. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia nessas sociedades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada ou controlada em conjunto for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução.

Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas ou controladas em conjunto são reconhecidos na variação do percentual de participação na demonstração do resultado (**nota explicativa 20**).

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e registro de receitas e despesas dos exercícios, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, avaliação de perda para valor realizável líquido de estoque de imóveis a comercializar, valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e de propriedades para investimento, e julgamentos para conclusão acerca da existência de influência significativa de investimentos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas materiais.

As estimativas e premissas são revistas anualmente, ou sempre que houver uma indicação para a necessidade de sua revisão, e as revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas ou em quaisquer exercícios afetados.

2.4 Apresentação das demonstrações por segmento

Para fins de divulgações dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia esclarece que a atividade de holding de participações é o seu único segmento operacional relevante atualmente.

Desta forma, considerando que atualmente as receitas da Companhia são, majoritariamente, relacionadas ao investimento em participações diretas ou indiretas em outras sociedades, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada.

2.5 Novos pronunciamentos contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) revisou as normas abaixo, cujas alterações passaram a vigorar no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, porém sem apresentar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia:

CPC 26 (R1) | / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. Requisitos adicionais de divulgação permitem aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado até doze meses da data do balanço.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos: a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*“sale and leaseback”*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (*“supplier finance arrangements – SFAs”*) com o objetivo de

permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. A alteração também esclarece quais são as principais informações exigidas para divulgação.

2.6 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Lei Complementar (“LC”).

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de LC (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Oferta pública secundária de cotas de fundo de investimento financeiro multimercado

Em 21 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss FIF (“Oferta”), tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Voss FIF foi constituído em

novembro de 2024 como um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, para reunir os investimentos que a Companhia buscava alienar nessa Oferta¹.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob três categorias de mensuração subsequente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual destes mesmos ativos.

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente no pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas.

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos tanto para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente, o pagamento de principal e juros sobre o principal, quanto para a venda. Neste sentido, no reconhecimento inicial a Companhia pode efetuar a escolha irrevogável de apresentar as alterações no valor de alguns ativos financeiros com cotação em bolsa de valores ou mercados organizados não mantidos para negociação nem contraprestação contingente através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são todos os demais ativos financeiros principalmente aqueles mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para venda no curto prazo. Instrumentos derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros

¹ Em atendimento à regulamentação da CVM aplicável, especialmente as Resoluções CVM nº 44/2021 e 80/2022, a operação foi devidamente comunicada pela Companhia por meio de Fato Relevante divulgado em 22 de novembro de 2024 e no Comunicado sobre transações entre Partes Relacionadas divulgado em 18 de dezembro de 2024, ambos disponíveis para consulta no site da Companhia, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

classificados como ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são lançados como despesa na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são contabilizados pelo valor determinado a partir dos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, consoante a taxa efetiva de juros do contrato, e deduzido da amortização do principal e rendimentos recebidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou perdas dos ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos em rubrica específica do patrimônio líquido.

Quando os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, transferidos à terceiros ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reclassificados para a correspondente rubrica do resultado financeiro na demonstração do resultado.

Os juros sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os proventos de ativos financeiros, tanto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado quanto aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração do resultado quando é estabelecido o direito da Companhia de receber tais proventos.

Para mensurar o valor justo dos seus ativos financeiros a Companhia aplica o preço divulgado no mercado principal do ativo. Na ausência de cotação do ativo em mercado principal, a Companhia verifica informações que são observáveis para o ativo, seja direta ou indiretamente, como preços cotados para ativos idênticos ou similares em mercados ativos ou que não sejam ativos, múltiplos de mercado, a ocorrência de transação de mercado observável e aplica o preço com base no valor da transação correspondente, podendo inclusive fazer uma combinação a partir desses valores. Inexistindo dados observáveis como transação de mercado observável recente, a Companhia providencia modelos de precificação que determinam um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de um participante do mercado que detém o ativo, com premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo, incluindo premissas sobre risco. Para isso, utiliza-se o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e conta-se com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da Companhia.

A mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia segue a mesma hierarquia utilizada para o reconhecimento do valor justo dos seus instrumentos financeiros. Entretanto para

os investimentos realizados por meio de fundos de investimento, a Companhia realiza, periodicamente, a mensuração subsequente dos fundos de investimento com base no valor da cota do fundo investido conforme informado pelo administrador do referido fundo de investimento. Para os fundos exclusivos, a Administração obtém os valores de cada investimento diretamente das carteiras desses fundos de investimento, conforme informado pelo administrador dos respectivos fundos exclusivos.

Para obter conforto razoável quanto à performance dos investimentos realizados por meio de fundos exclusivos, a Administração se reúne periodicamente com os gestores contratados, para que possam ser entendidos e/ou monitorados: a) a performance dos investimentos, considerações a respeito dos investimentos, fatos relevantes e fatores que possam alterar a performance destes investimentos; e b) a aderência dos Fundos Investidos aos seus respectivos regulamentos. Tais interações são formalmente documentadas em relatórios ou atas de reunião. A Administração também tem acesso aos laudos de avaliação das sociedades investidas diretamente pelos fundos exclusivos, que não são listadas em bolsa de valores ou mercados organizados, sendo os mesmos objetos de leitura e análise.

A Administração também analisa o valor patrimonial da cota do fundo de investimento e, quando disponível, as demonstrações financeiras auditadas dos Fundos Investidos, o relatório de auditoria emitido, as notas explicativas com as informações sobre os investimentos e seu critério de avaliação. Em caso de opinião modificada no relatório de auditoria dos Fundos Investidos a Administração verifica se há risco de impactar a avaliação do investimento da Companhia e, quando aplicável, o valor da cota do fundo de investimento correspondente é ajustado de acordo com a referida avaliação.

Em eventuais casos excepcionais em que as demonstrações financeiras dos Fundos Investidos contemplem ativos que, por alguma razão, não estejam avaliados ao seu valor justo, a Administração busca junto aos administradores dos referidos fundos o entendimento para tal situação e o motivo da mensuração não observar tal requisito, bem como avalia a materialidade do investimento frente ao portfólio da Companhia, a relação entre custo e benefício para obter o conforto da mensuração e a efetiva viabilidade de realização de laudo de avaliação para o referido ativo.

2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia sempre que necessário, ou pelo menos na data de encerramento de cada exercício social, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com seu valor deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros

esperados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

As perdas esperadas são baseadas na variação do risco de crédito do ativo e são reconhecidas em duas etapas:

(i) quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas são provisionadas para eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 (doze) meses; e

(ii) quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) quebra de contrato, como por exemplo, a inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;

(iii) estender à contraparte de um ativo financeiro, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira deste, uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) considerar provável que a contraparte de um ativo financeiro declare falência ou reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras da contraparte.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir ou for revertida totalmente e a sua reversão puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito da contraparte de um ativo), a reversão dessa perda, reconhecida anteriormente, será reconhecida na demonstração do resultado.

Esta provisão para perda por *impairment* pode ser reconhecida para qualquer instrumento financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

2.7.5 Desreconhecimento

Um ativo financeiro é desreconhecido quando:

- (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a terceiros nos termos de um contrato de repasse, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer um ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, também reconhece um passivo associado pela contraprestação recebida. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir.

2.8 Passivos financeiros

2.8.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são considerados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

2.8.2 Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos derivativos.

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, as obrigações contraídas estão sujeitas a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.8.3 Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.9 Estoque de imóveis a comercializar

Estoque de imóveis a comercializar é demonstrado ao custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas (**nota explicativa 12**). O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para aquisição e o desenvolvimento do terreno que não supera o valor realizável líquido.

O custo de construção compreende: o terreno, materiais, mão de obra contratada e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros

de contas a pagar por aquisição de terrenos, operações de crédito imobiliário incorridos durante o período de construção, os quais são capitalizados na rubrica de “Estoque de imóveis a comercializar” e levados ao resultado na proporção dos custos incorridos na rubrica “Custo de bens e/ou serviços vendidos”. O custo de construção também não pode superar o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda.

2.10 Propriedades para investimento

São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram e são classificadas em “outras receitas (despesas) líquidas”.

As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando estas são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa da propriedade para investimento (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que a propriedade para investimento é baixada.

A metodologia de avaliação das propriedades para investimento encontra-se na **nota explicativa 12**.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos

países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.12 Reconhecimento de receita

(a) Receita de equivalência patrimonial

As receitas apuradas pelas empresas controladas e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Receita de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são recebidos pela participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial. Eles são reconhecidos como outras receitas no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

(d) Receita da atividade imobiliária

Nos contratos de parceria celebrados com entidades de incorporação imobiliária nos quais a Companhia figura como proprietária do terreno, as receitas decorrentes da venda dos lotes são reconhecidas quando o incorporador imobiliário apresenta para a Companhia o contrato de compra e venda assinado. Este é o momento que a Companhia reconhece que foi atendido o critério de transferência de controle do ativo para o comprador.

2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (“JCP”) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme determina o estatuto.

O JCP declarado é reconhecido no resultado do exercício e, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, é reclassificado para o patrimônio líquido como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.14 Lucro líquido por ação (básico e diluído)

A Companhia apura o saldo de lucro líquido por ação do exercício com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades de cada classe de ações emitidas em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - "Resultado por ação".

2.15 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O quadro abaixo apresenta os saldos desses ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	80	13	88	111
CDBs	200.953	200.241	202.917	213.780
Compromissadas	602.130	219.090	602.130	219.090
Caixa e equivalentes de caixa	803.163	419.344	805.135	432.981

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, vencimentos de até três meses e com baixo risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em renda fixa possuem opção de resgate antecipado, por meio do compromisso de recompra assumido formalmente pela instituição financeira. As aplicações financeiras em renda fixa são indexadas ao certificado de depósito interbancário ("CDI") com remuneração entre 97,0% e 103,50% do CDI em 2024 (99,9% e 103,5% do CDI em 2023).

4 Aplicações financeiras

O quadro abaixo apresenta o saldo das aplicações financeiras, avaliadas a valor justo e que não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de renda fixa (a)	20.075	48.651	20.075	48.651
FIA e FIC de FIA (b)	291.174	216.544	291.174	216.544
Ações (c) ^{(1) (2)}	251.946	422.921	251.946	422.921
FIM e FIC de FIM (d) ⁽²⁾	45.933	42.209	45.933	42.209
FIPs (e) ⁽²⁾	5.729	215.719	5.729	215.719
FILs (f)	54.536	60.149	54.536	60.149
FIDCs (g)	12.879	-	12.879	-
Letras financeiras (h)	29.779	55.804	29.779	55.804
Total de aplicações financeiras	712.051	1.061.997	712.051	1.061.997
Ativo circulante	706.322	846.278	706.322	846.278
Ativo não circulante	5.729	215.719	5.729	215.719

⁽¹⁾ Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações (**nota explicativa 11**). Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽²⁾ Em dezembro de 2024, foi alienada a totalidade das cotas do Voss FIF, cujos investimentos incluem, direta e/ou indiretamente, ações, cotas de FIM e FICs de FIM e cotas de FIPs (**nota explicativa 8 (b)**).

(a) Fundos de renda fixa

A Companhia detém cotas de fundos de renda fixa as quais são avaliadas a valor justo.

(b) Fundos de investimento em ações (“FIA”) e Fundos de Investimento em cotas de FIA (“FIC de FIA”)

A Companhia detém cotas de FIA e FIC de FIA, avaliadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 o Nordland FIA detinha compromisso de investimento em FIC de FIA no valor de R\$ 16.622.

(c) Ações

As aplicações em ações são compostas majoritariamente por ações (incluindo BDRs e *Exchange Traded Funds* (“ETF”)) negociadas em bolsas nacional e estrangeiras e são avaliadas a valor justo.

(d) Fundo de investimento multimercado (“FIM”) e Fundo de investimento em cotas de FIM (“FIC de FIM”)

A Companhia detém cotas de FIM e FIC de FIM, avaliadas a valor justo.

Em dezembro de 2024, a Companhia alienou a totalidade das cotas do Voss FIF (**nota explicativa 8 (b)**), cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, cotas de FIM e FIC de FIM, extinguindo a totalidade do compromisso de investimento, que anteriormente era detido pelo Nordland FIA, no valor de R\$ 19.992.

(e) Fundo de investimento em participações (“FIP”)

A Companhia detém cotas de FIP, as quais são avaliadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 o Nordland FIA detinha compromisso de investimento em FIP no valor de R\$ 7.239 e o Bergen FIA detinha compromisso de investimento em FIP em valor equivalente a R\$ 11.982.

Em dezembro de 2024, a Companhia alienou a totalidade das cotas do Voss FIF (**nota explicativa 8 (b)**), cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, cotas de FIP, reduzindo o compromisso de investimento, que anteriormente era detido pelo Alta FIP, em R\$ 37.730.

(f) Fundo de investimento imobiliário (“FII”)

A Companhia detém cotas de FII, as quais são avaliadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 o Stavanger FIA detinha compromisso de investimento em FII no valor de até R\$ 2.200, compromisso esse que anteriormente era detido pelo Bergen FIA.

(g) Fundo de investimento em direitos creditórios (“FIDC”)

A Companhia detém cotas de FIDC, as quais são avaliadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 o Nordland FIA detinha compromissos de investimentos em FIDCs no valor de R\$ 7.881.

(h) Letras financeiras (“LF”)

A Companhia detém LFs indexadas ao CDI, com remuneração entre 102,0% e 103,0% do CDI em 2024 (101,0% e 103,5% do CDI em 2023), com prazo pré-determinado.

5 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

O quadro abaixo apresenta o saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Klabin S.A.	4.343	3.201	4.343	3.201
Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	4.343	3.201	4.343	3.201

6 Créditos e obrigações com operações financeiras

A Companhia se utiliza de derivativos como parte de sua estratégia de investimento e/ou para fins de proteção.

O quadro abaixo apresenta os saldos com operações financeiras (**nota explicativa 23.1(a)**):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dólar Futuro ⁽¹⁾	(253)	355	(253)	355
Ibovespa Futuro ⁽¹⁾	-	338	-	338
Créditos (obrigações) com operações	(253)	693	(253)	693

⁽¹⁾ Valor corresponde ao ajuste diário da operação, com liquidação em D+1.

7 Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é composto pelo contas a receber da controlada Timbutuva Empreendimentos Ltda. (“Timbutuva”), no valor de R\$ 46.197 (R\$ 41.105 em 31 de dezembro de 2023), decorrente das vendas dos lotes que compõem o empreendimento imobiliário denominado Alphaville Paraná, no município de Campo Largo – PR, celebrado em parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. (“Alphaville”), em parte da Fazenda Timbutuva.

Em 31 de dezembro de 2024 o prazo médio de parcelamento das vendas realizadas a prazo correspondia a aproximadamente 34 meses (33 meses em 31 de dezembro de 2023), havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação.

8 Partes relacionadas

O quadro abaixo apresenta os saldos das transações com partes relacionadas:

	Controladora	
	Ativo não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Timbutuva Empreendimentos Ltda. ⁽¹⁾	-	360
MASA Mineração Ltda. ⁽¹⁾	-	8
Total	-	368

⁽¹⁾ Adiantamento para futuro aumento de capital.

Não existem garantias dadas ou recebidas entre as partes.

No Consolidado não há saldos de transações com partes relacionadas.

(a) Remuneração do pessoal chave da Administração

O quadro abaixo apresenta a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Conselho de Administração e Diretoria	9.012	9.453

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração contempla honorários fixos mensais, pagos em moeda corrente, em 12 (doze) vezes ao ano. A eles pode ser estendido o pacote de benefícios da Companhia, que inclui seguro saúde, vale refeição, plano de previdência privada e seguro de vida.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária contempla honorários fixos mensais, pagos em moeda corrente, em 12 (doze) vezes ao ano. A eles pode ser estendido o pacote de benefícios da Companhia, que inclui seguro saúde, vale refeição, plano de previdência privada e seguro de vida. Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus, também, a uma remuneração variável que consiste no pagamento de bônus atrelado a) ao atingimento de metas individuais e da Companhia; e b) à avaliação de competências.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

(b) Transações com acionistas controladores da Companhia

Em 21 de novembro de 2024 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss Fundo de Investimento Financeiro Multimercado – Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Voss FIF”) (“Oferta”), no valor de R\$ 370.887, tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Voss FIF foi constituído em novembro de 2024 como um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, para reunir os investimentos que a Companhia buscava alienar nessa Oferta, visando uma simplificação do portfólio.

No âmbito da Oferta, o preço das cotas foi fixado em conformidade com condições de mercado, considerando o preço de R\$ 100,00 (cem reais) por cota, determinado com base no último valor da cota do Voss FIF disponibilizado pelo seu administrador na data de divulgação do Anúncio de Início da Oferta. Os trâmites de liquidação da Oferta seguiram o disposto na respectiva documentação da Oferta e com a respectiva divulgação das informações da conclusão da liquidação da oferta no Anúncio de Encerramento da Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss FIF.

No âmbito da Companhia, foram adotadas medidas aplicáveis a situações de potencial conflito de interesses, tendo em vista que a Oferta foi direcionada à totalidade dos acionistas da Companhia – incluindo os seus controladores. A Oferta contemplou a alienação de cotas integralizadas e não integralizadas de titularidade da Companhia, das quais membros do grupo de controle da Companhia adquiriram 3.090.723,7906 cotas integralmente integralizadas do Voss FIF, em montante correspondente a R\$ 309.072 das cotas integralizadas, assim como o compromisso de investimento de R\$ 61.815 das cotas não integralizadas.

A alienação do Voss FIF não gerou lucro contábil dado que a Companhia mensura os seus fundos de investimentos ao valor justo por meio do resultado e, por conseguinte, as variações no valor

justo já estão apresentadas na demonstração do resultado (**nota explicativa 2.7.2**). Para a realização da Oferta a Companhia incorreu em custos com prestação de serviços, publicações, taxas e emolumentos em montante correspondente a, aproximadamente, 0,2% do valor total da Oferta.

O quadro abaixo apresenta as informações sobre os investimentos que compõem a Oferta:

Carteira	Valor	Critério de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	6.466	Cotação com base em informações observáveis
Ações	4.015	Laudo de avaliação
FIM e FICs de FIM	21.607	Transação de mercado observável
FIPs	172.031	Laudo de avaliação
FIPs	78.491	Transação de mercado observável
FIPs	26.466	Cotação com base em informações observáveis
Obrigações fundos exclusivos	(4)	Custo amortizado
Cotas integralizadas	309.072	
Cotas não integralizadas	61.815	
Total da Oferta	370.887	

9 Estoque de imóveis a comercializar

O saldo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 4.955 (R\$ 4.955 em 31 de dezembro de 2023), é composto pelo custo histórico de parte do terreno da controlada Timbutuva, para desenvolvimento futuro, líquido de eventuais provisões para perdas por desvalorização.

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que seus estoques de imóveis a comercializar possam ter sofrido desvalorização. Havendo tal indicação, a Companhia providencia a avaliação para definir o valor recuperável de seus estoques.

10 Tributos a recuperar

Na Controladora e no Consolidado, esta rubrica é composta preponderantemente por imposto de renda retido sobre aplicações financeiras.

O quadro abaixo apresenta o saldo dos impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ ⁽¹⁾	35.353	12.593	35.429	12.871
CSLL	510	2.504	530	2.536
Outros	-	-	15	20
Total	35.863	15.097	35.974	15.427

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2024 o montante refere-se majoritariamente ao IRRF incidente sobre o ganho realizado com a amortização parcial das cotas de fundo de investimento exclusivo, de titularidade da Companhia, avaliado a valor justo.

A Administração da Companhia, com base em análises e projeção orçamentária, não prevê riscos relevantes de não realização desses créditos tributários uma vez que eles são derivados de antecipações de tributos passíveis de recuperação.

11 Investimentos

(a) Movimentação – Controladora

Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos da Controladora:

Descrição	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (4)	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Controladas										
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	2.671	-	(333)	(1.422)	-	6	-	-	-	922
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	88.311	360	-	(37.508)	-	(838)	-	-	-	50.325
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	188	-	-	-	-	14	-	-	-	202
Masa Mineração Ltda.	-	-	-	-	-	(1)	-	-	2	1
Total de Controladas	91.170	360	(333)	(38.930)	-	(819)	-	-	2	51.450
Outras Participações										
Klabin S.A. (1)	505.275	28.396	(77.296)	(29.629)	-	-	-	76.813	-	503.559
Ultrapar Participações S.A.	558.847	-	(193.023)	(9.301)	-	-	-	(129.296)	-	227.227
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	184.785	-	-	(10.765)	-	-	-	(20.990)	-	153.030
Nortec Química S.A. (2)	40.611	-	(36.800)	(4.070)	-	-	-	259	-	-
Total de Outras Participações	1.289.518	28.396	(307.119)	(53.765)	-	-	-	(73.214)	-	883.816
Total de Participações Societárias	1.380.688	28.756	(307.452)	(92.695)	-	(819)	-	(73.214)	2	935.266
Provisão para Perda em Investimento										
Masa Mineração Ltda.	(5)	7	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. (3)	(5)	-	-	-	-	5	-	-	-	-
Total de Provisão para Perda em Investimento	(10)	7	-	-	-	5	-	-	(2)	-

(1) Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos. Em maio de 2024, a Companhia reconheceu ganho com a emissão de ações de Klabin S.A. bonificadas aos seus acionistas para aumento de capital mediante a capitalização de parte do saldo da "Reserva para Investimentos e Capital de Giro" conforme fato relevante divulgado ao mercado pela investida em 16 de abril de 2024.

(2) Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**).

(3) Em junho de 2024, a Companhia passou a avaliar a participação na investida Vista Golf pelo método de custo, e não mais por equivalência patrimonial, em razão de não haver mais relação de coligação com a investida.

(4) Ajuste a valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Descrição	Saldo em 31.12.2022	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2023
Controladas										
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	2.638	-	-	-	-	-	33	-	-	2.671
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	98.809	-	-	(10.500)	-	-	2	-	-	88.311
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	172	-	-	-	-	-	16	-	-	188
Masa Mineração Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Controladas	101.619	-	-	(10.500)	-	-	51	-	-	91.170
Controladas em Conjunto e Coligadas										
Klabin S.A. (1)	409.126	-	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	-	-
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	409.126	-	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	-	-
Outras Participações										
Klabin S.A. (1)	-	454.397	(536.125)	(33.720)	-	-	-	-	620.723	505.275
Ultrapar Participações S.A.	531.319	-	(444.288)	(12.026)	-	-	-	-	483.842	558.847
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	207.270	-	-	(22.224)	-	-	-	-	(261)	184.785
Nortec Química S.A.	56.418	-	-	(4.322)	-	-	-	-	(11.485)	40.611
Total de Outras Participações	795.007	454.397	(980.413)	(72.292)	-	-	-	-	1.092.819	1.289.518
Total de Participações Societárias	1.305.752	454.397	(1.434.810)	(97.547)	11.112	1.197	47.756	12	1.092.819	1.380.688
Provisão para Perda em Investimento										
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Masa Mineração Ltda.	(4)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(5)
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Total de Provisão para Perda em Investimento	(9)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(10)

(1) Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos. Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outras participações e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial.

(2) Ajuste a valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

(b) Movimentação – Consolidado

Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos no Consolidado:

Descrição	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (4)	Saldo em 31.12.2024
Controladas em Conjunto e Coligadas										
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	97	-	-	-	-	-	(26)	-	-	71
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	97	-	-	-	-	-	(26)	-	-	71
Outras Participações										
Klabin S.A. ⁽¹⁾	505.275	28.396	(77.296)	(29.629)	-	-	-	-	76.813	503.559
Ultrapar Participações S.A.	558.847	-	(193.023)	(9.301)	-	-	-	-	(129.296)	227.227
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	184.785	-	-	(10.765)	-	-	-	-	(20.990)	153.030
Nortec Química S.A. ⁽²⁾	40.611	-	(36.800)	(4.070)	-	-	-	-	259	-
Total de Outras Participações	1.289.518	28.396	(307.119)	(53.765)	-	-	-	-	(73.214)	883.816
Total de Participações Societárias	1.289.615	28.396	(307.119)	(53.765)	-	-	(26)	-	(73.214)	883.887
Provisão para Perda em Investimento										
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽³⁾	(5)	-	-	-	-	-	5	-	-	-
Total de Provisão para Perda em Investimento	(5)	-	-	-	-	-	5	-	-	-

⁽¹⁾ Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos. Em maio de 2024, a Companhia reconheceu ganho com a emissão de ações de Klabin S.A. bonificadas aos seus acionistas para aumento de capital mediante a capitalização de parte do saldo da “Reserva para Investimentos e Capital de Giro” conforme fato relevante divulgado ao mercado pela investida em 16 de abril de 2024.

⁽²⁾ Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽³⁾ Em junho de 2024, a Companhia passou a avaliar a participação na investida Vista Golf pelo método de custo, e não mais por equivalência patrimonial, em razão de não haver mais relação de coligação com a investida.

⁽⁴⁾ Ajuste a valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Descrição	Saldo em 31.12.2022	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2023
Controladas em Conjunto e Coligadas										
Klabin S.A. ⁽¹⁾	409.126	-	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	-	-
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	531	-	(162)	(320)	-	-	(49)	-	-	-
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	131	-	-	-	-	-	(34)	-	-	97
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	409.788	-	(454.559)	(15.075)	11.112	1.197	47.622	12	-	97
Outras Participações										
Klabin S.A. ⁽¹⁾	-	454.397	(536.125)	(33.720)	-	-	-	-	620.723	505.275
Ultrapar Participações S.A.	531.319	-	(444.288)	(12.026)	-	-	-	-	483.842	558.847
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	207.270	-	-	(22.224)	-	-	-	-	(261)	184.785
Nortec Química S.A.	56.418	-	-	(4.322)	-	-	-	-	(11.485)	40.611
Total de Outras Participações	795.007	454.397	(980.413)	(72.292)	-	-	-	-	1.092.819	1.289.518
Total de Participações Societárias	1.204.795	454.397	(1.434.972)	(87.367)	11.112	1.197	47.622	12	1.092.819	1.289.615
Provisão para Perda em Investimento										
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Total de Provisão para Perda em Investimento	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)

⁽¹⁾ Percentual considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos. Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outras participações e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Ajuste a valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

(c) Destaque das transações ocorridas no exercício**(i) Alienação de ações****Transações ocorridas em 2024:**

Em 2024, a Companhia alienou 3.202.680 units de Klabin S.A.

Em 2024, os fundos exclusivos da Companhia alienaram 6.771.598 ações ordinárias de Ultrapar Participações S.A.

Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e/ou demais usos gerais da Companhia.

Transações ocorridas em 2023:

Em 2023, a Companhia alienou 24.311.360 units da Klabin S.A., das quais 1.350.000 units por meio dos seus fundos exclusivos, e a totalidade de sua participação na investida JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.

Em 2023, os fundos exclusivos da Companhia alienaram 20.866.900 ações ordinárias de Ultrapar Participações S.A.

Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e/ou demais usos gerais da Companhia.

(ii) Outras ocorrências**Transações ocorridas em 2024:**

Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e setenta e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Nortec Química S.A. ("Nortec"), representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec pelo valor de R\$ 32.000. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 (trezentas e cinquenta e seis mil, trezentas e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**.

Transações ocorridas em 2023:

Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A., ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de abril

de 2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e conseqüentemente, nos processos decisórios da Klabin S.A., passando a não ter mais influência significativa, e portanto, deixando de ser classificado como investimento em coligada, até então mensurada pelo método da equivalência patrimonial, para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado.

Controladas

O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas:

	Participação societária		
	Forma	2024	2023
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Direta	100,00	100,00
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	100,00	100,00
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	Direta	99,99	99,99
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	100,00	100,00
Masa Mineração Ltda.	Direta	100,00	100,00
MAPISA I S.A.	Indireta	100,00	100,00
Fundos exclusivos consolidados na Controladora			
Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Direta	100,00	100,00
Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no exterior	Indireta	-	100,00
Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário	Indireta	100,00	100,00

Os quadros abaixo apresentam o balanço patrimonial das controladas:

	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		Timbutuva Empreendimentos Ltda.		MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrimonial						
Ativo circulante	1.061	1.960	26.236	51.974	202	188
Ativo não circulante	393	1.239	31.366	45.631	-	-
Total do ativo	1.454	3.199	57.602	97.605	202	188
Passivo circulante	16	11	3.736	3.673	-	-
Passivo não circulante	516	517	3.541	5.621	-	-
Total do passivo	532	528	7.277	9.294	-	-
Patrimônio líquido	922	2.671	50.325	88.311	202	188
Resultado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	6	(777)	(838)	2	14	17

	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.		Masa Mineração Ltda.		MAPISA I S.A.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrimonial						
Ativo circulante	197	262	1	3	94	929
Ativo não circulante	-	-	-	-	71	97
Total do ativo	197	262	1	3	165	1.026
Passivo circulante	52	51	-	-	-	1
Passivo não circulante	-	-	-	8	-	-
Total do passivo	52	51	-	8	-	1
Patrimônio líquido	145	211	1	(5)	165	1.025
Resultado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	14	(15)	(1)	(1)	(21)	(128)

As informações sobre as controladas são:

Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

A sociedade foi constituída em março de 2008 e tem por objeto social o desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário.

Timbutuva Empreendimentos Ltda.

A sociedade foi constituída em dezembro de 2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários e a participação em sociedades como sócia, acionista ou quotista (**notas explicativas 9 e 12**).

MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.

A sociedade foi constituída em janeiro de 2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários.

Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

A sociedade foi constituída em junho de 2010 e tem como objeto social o planejamento, a promoção e o desenvolvimento sob o regime de incorporação imobiliária, compreendendo ainda, a aquisição de imóveis para fins de incorporação a ser desenvolvida e a participação em outras sociedades, seja como quotista, seja como acionista, bem como realizar investimentos em empreendimentos imobiliários.

Masa Mineração Ltda.

A sociedade foi constituída em abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados.

Mapisa I S.A.

A sociedade foi constituída em junho de 2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários.

Controladas em conjunto

Os quadros abaixo apresentam os balanços patrimoniais das controladas em conjunto:

Patrimonial	* JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.		Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	-	-	117	171
Ativo não circulante	-	-	30	30
Total do ativo	-	-	147	201
Passivo circulante	-	-	5	7
Passivo não circulante	-	-	-	-
Total do passivo	-	-	5	7
Patrimônio líquido	-	-	142	194
Resultado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	-	(104)	(52)	(67)

* Considera o resultado até o mês de alienação da investida.

O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas em conjunto:

	Participação societária		
	Forma	31/12/2024	31/12/2023
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	50,00	50,00
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	Indireta	-	-

⁽¹⁾ Em junho de 2023 a investida foi alienada pela Companhia.

As informações sobre as controladas em conjunto são:

Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.

A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Salvador no estado da Bahia.

JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.

A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. Em junho de 2023, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade.

Coligadas

O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das coligadas:

Patrimonial	Klabin S.A. ⁽¹⁾		Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	-	-	-	9
Ativo não circulante	-	-	-	-
Total do ativo	-	-	-	9
Passivo circulante	-	-	-	17
Passivo não circulante	-	-	-	-
Total do passivo	-	-	-	17
Patrimônio líquido	-	-	-	(8)
Resultado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	-	1.164.640	-	-

⁽¹⁾ Considera o resultado até março de 2023. Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outras participações e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial.

As informações sobre as coligadas são:

Klabin S.A.

Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida, passando a ser reconhecida como outras participações e com avaliação a valor justo por meio do resultado, e não mais por equivalência patrimonial.

Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.

A sociedade foi constituída em abril de 2006 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial no bairro de Jurubatuba, subdistrito Capela do Socorro, na capital do estado de São Paulo. Em junho de 2024, a Companhia passou a avaliar a participação na investida Vista Golf pelo método de custo, e não mais por equivalência patrimonial, em razão de não haver mais relação de coligação com a investida.

Outras participações

As informações sobre os investimentos nos quais a Companhia detém participação societária não avaliada por equivalência patrimonial, e cuja intenção é de auferir rendimentos de longo prazo são:

Klabin S.A.

A sociedade foi constituída em dezembro de 1934, e em conjunto com suas controladas e controladas em conjunto, atua nos segmentos da indústria de papel e celulose, atendendo aos mercados interno e externo com fornecimento de madeira, celulose, papéis para embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são integradas desde o reflorestamento (silvicultura) até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações (*units*) negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos (*tickers*) KLBN3, KLBN4 e KLBN11.

Ultrapar Participações S.A.

A sociedade foi constituída em dezembro de 1953 e tem como objeto social a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”) e na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”). A Ultrapar é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código (*ticker*) UGPA3.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

A sociedade foi constituída em setembro de 2005 e tem como objeto social (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros. A BrasilAgro é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código (*ticker*) AGRO3.

Nortec Química S.A.

A sociedade foi constituída em dezembro de 1985 e tem como objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, a realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e de produtos, a prestação de assistência técnica e de serviços na área comercial, tecnológica e de produção para terceiros e a participação em outras sociedades, como sócia-cotista ou acionista. A Nortec é uma sociedade anônima de capital com ações listadas no segmento Bovespa Mais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código (*ticker*) NRTQ3. A Companhia detinha indiretamente, por meio do Alta FIP, 23% de participação na Nortec. Em abril de 2024, o Alta FIP concluiu a operação de venda de ações representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec, permanecendo detentor de ações representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec. Em dezembro de 2024, o Alta FIP foi alienado no âmbito da oferta pública das cotas do Voss FIF, realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**), deixando a Companhia de ter participação indireta na Nortec.

12 Propriedades para investimento

São representadas por imóveis disponíveis para venda, de propriedade da controlada Timbutuva, avaliados à valor justo, por meio da utilização de preço de mercado observável.

Movimentação	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	40.664	78.801
Ajuste a valor justo	(1.138)	(2.503)
Baixas	(33.630)	(35.634)
Saldo no final do exercício	5.896	40.664

As baixas são decorrentes das vendas de lotes do empreendimento imobiliário em parceria com a Alphaville em parte da Fazenda Timbutuva.

Em dezembro de 2024 a Administração reavaliou os referidos imóveis tendo reconhecido perda com o ajuste a valor justo dos mesmos, no valor de R\$ 1.138 (**nota explicativa 20**).

13 Imobilizado

O saldo é composto majoritariamente pelo arrendamento do direito de uso da sede da Companhia, mensurado pelo seu custo histórico, que inclui o reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e os custos e/ou pagamentos diretamente atribuíveis na data de início do contrato, menos a depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear com base no prazo de arrendamento.

14 Impostos e taxas a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF ⁽¹⁾	140	26.461	141	26.461
Outros Tributos	319	485	634	727
Total	459	26.946	775	27.188

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2023 o montante refere-se majoritariamente ao IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 29 de dezembro de 2023.

15 Empréstimos e debêntures – Controladora e Consolidado

O quadro abaixo apresenta as informações sobre os empréstimos e debêntures da Companhia:

Operação	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento	31/12/2024			31/12/2023		
			Principal	Juros e outros encargos	Total	Principal	Juros e outros encargos	Total
Empréstimos								
CCB ⁽¹⁾	CDI + 1,25%	28/05/2025	50.000	3.565	53.565	50.000	8.083	58.083
CCB ⁽¹⁾	CDI + 1,55%	13/01/2025	50.000	6.370	56.370	50.000	63	50.063
Total			100.000	9.935	109.935	100.000	8.146	108.146
Passivo circulante			100.000	9.935	109.935	50.000	8.083	58.083
Passivo não circulante			-	-	-	50.000	63	50.063
Debêntures								
2ª Emissão ^{(2) (4)}	CDI + 1,35%	10/11/2026	250.000	3.644	253.644	250.000	566	250.566
3ª Emissão ^{(3) (4)}	CDI + 1,35%	04/09/2028	200.000	6.212	206.212	200.000	5.849	205.849
3ª Emissão ^{(3) (4)}	CDI + 1,45%	04/09/2030	100.000	3.429	103.429	100.000	2.948	102.948
Total			550.000	13.285	563.285	550.000	9.363	559.363
Passivo circulante			-	14.864	14.864	-	11.705	11.705
Passivo não circulante			550.000	(1.579)	548.421	550.000	(2.342)	547.658

⁽¹⁾ Operações sem prestação de garantias reais.

⁽²⁾ Operações com prestação de garantias através de alienação fiduciária de ações.

⁽³⁾ Operações com prestação de garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimento.

⁽⁴⁾ Outros encargos incluem a apropriação e/ou amortização dos custos com a emissão de debêntures.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos		
Saldo no início do exercício	108.146	252.890
Juros e outros encargos	12.726	31.285
Amortização de principal	-	(150.000)
Pagamento de juros e outros encargos	(10.937)	(26.029)
Saldo no final do exercício	109.935	108.146
Debêntures		
Saldo no início do exercício	559.363	708.469
Novas captações	-	300.000
Juros e outros encargos	67.276	97.227
Amortização de principal	-	(450.000)
Pagamento de juros e outros encargos	(63.354)	(96.333)
Saldo no final do exercício	563.285	559.363

Em maio de 2024, a CCB celebrada em dezembro de 2022, com valor total de R\$ 50.000, juros remuneratórios de CDI + 1,55% a.a., vencimento em maio de 2024 e prestação de garantias por meio de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimento foi objeto de portabilidade, teve seus juros remuneratórios, vencimento e garantias alteradas para CDI + 1,25% a.a., maio de 2025 e sem prestação de garantias reais, respectivamente.

Os empréstimos e debêntures não possuem cláusulas com *covenants* financeiros.

16 Tributos diferidos

16.1 Tributos diferidos ativos

Os créditos tributários não constituídos e, conseqüentemente, não reconhecidos contabilmente, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados totalizaram R\$ 26.779 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 26.395 em 31 de dezembro 2023).

Ao longo do segundo trimestre de 2024, foi constituído ativo fiscal diferido sobre perda esperada com crédito de liquidação duvidosa dos recebíveis com a venda de imóvel, no valor total de R\$ 82.

16.2 Tributos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos serão realizados, substancialmente, quando ocorrer a correspondente venda de seus ativos e/ou a amortização ou resgate das cotas dos fundos exclusivos, respectivamente. O valor a pagar dos tributos diferidos dependerá do valor realizado desses ativos no momento de sua liquidação, amortização ou resgate.

O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos diferidos passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ganho sobre resultado com fundos exclusivos	1.067.783	1.219.251	1.067.783	1.219.251
Base total de PIS/COFINS diferido	1.067.783	1.219.251	1.067.783	1.219.251
Ganho na variação de outras participações ⁽¹⁾	130.458	151.289	130.458	151.289
Ganho por compra vantajosa de investimentos	-	-	1.517	1.517
Base total de IRPJ/CSLL diferidos	1.198.241	1.370.540	1.199.758	1.372.057
Receita na alienação de propriedades para investimento	-	-	46.197	41.105
Ganho na variação de propriedades para investimento	-	-	6.411	37.063
Total do IRPJ/CSLL diferidos - Alíquota 34%	407.402	465.984	409.537	468.907
Total do PIS/COFINS diferidos - Alíquota 4,65%	49.652	56.695	51.573	59.549
Total dos tributos diferidos passivos	457.054	522.679	461.110	528.456

⁽¹⁾ Ganho no ajuste a valor justo de outras participações detidos de forma direta pela Companhia.

17 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Não existem contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, relevantes, que tenham sido avaliadas como de perda provável ou possível e que devessem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, reportados pela Companhia no encerramento dos exercícios reportados, é representado por 12.251.221 ações ordinárias, sem valor nominal, no valor de R\$ 616.838.

(b) Lucro por ação

Nos exercícios apresentados, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos com potencial dilutivo, sendo, portanto, equivalentes o seu lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	72.642	878.981
Média ponderada de número de ações	12.251.221	12.251.221
Lucro básico e diluído por ação - em reais	5,93	71,75

(c) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido auferido do exercício, que não exceda a 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja deliberado pela

Assembleia Geral de acionistas. Nos exercícios apresentados, a Companhia não destinou o percentual de 5% do lucro líquido auferido no exercício para a constituição de reserva legal em virtude de já ter atingido os 20% do capital social previstos na legislação.

(ii) Reserva estatutária

Composta pela Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de até 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, não podendo ultrapassar o capital social, para o financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

(iii) Retenção de lucros

Tem por finalidade financiar os recursos previstos em orçamento de capital da Companhia, mediante aprovação em Assembleia Geral.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, podendo a Diretoria levantar balanços intermediários e declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços.

Em 2024, a Companhia declarou R\$ 72.000 em dividendos e R\$ 163.000 em juros sobre o capital próprio, atribuídos a Reserva para Investimentos e Capital de Giro.

Proventos	Data de aprovação	Valor total	Valor por ação em R\$	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	28/03/2024	15.000	1,224367759	11 de dezembro de 2024
Juros sobre o capital próprio	22/11/2024	138.000	11,264183382	11 de dezembro de 2024
Dividendos	22/11/2024	72.000	5,876965243	11 de dezembro de 2024
Juros sobre o capital próprio	20/12/2024	10.000	0,816245173	Até 31 de janeiro de 2025

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar no exercício ocorreram de acordo com o quadro abaixo:

	Dividendos		JCP	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	1.310	210	168.055	50
Declarações no exercício	72.000	1.100	163.000	377.400
IRPJ sobre juros sobre o capital próprio declarados	-	-	(24.308)	(56.282)
Baixa de proventos prescritos	(163)	-	(39)	-
Pagamentos realizados	(73.080)	-	(298.061)	(153.113)
Saldo no final do exercício	67	1.310	8.647	168.055

19 Despesas gerais e administrativas

O quadro abaixo apresenta as informações das despesas gerais e administrativas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(15.266)	(15.350)	(15.326)	(15.418)
Contratação de serviços	(3.192)	(3.453)	(3.494)	(3.724)
Doações	(1.360)	(1.208)	(1.362)	(1.210)
Despesas tributárias	(622)	(939)	(1.697)	(1.801)
Depreciação e amortização	(662)	(601)	(665)	(604)
Publicidade e propaganda	-	-	(659)	(1.061)
Outras despesas	(1.887)	(2.091)	(2.106)	(2.242)
Despesas gerais e administrativas	(22.989)	(23.642)	(25.309)	(26.060)

20 Outras receitas, líquidas

O quadro abaixo apresenta o saldo de outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	53.765	72.292	53.765	72.292
Reclassificação de outros resultados abrangentes de investida ⁽²⁾	-	16.542	-	16.542
Resultado da alienação de propriedades para investimento	-	-	2.459	3.843
Bonificação de ações ⁽³⁾	28.396	-	28.396	-
Outras receitas operacionais	149	95	158	1.361
Total das outras receitas operacionais	82.310	88.929	84.778	94.038
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	-	(1.138)	(2.503)
Outras despesas operacionais	(2)	-	(245)	(682)
Total das outras despesas operacionais	(2)	-	(1.383)	(3.185)
Outras receitas, líquidas	82.308	88.929	83.395	90.853

⁽¹⁾ Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos pela participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**).

⁽²⁾ Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A, passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**).

⁽³⁾ Ganho com a emissão de ações de Klabin S.A. bonificadas aos seus acionistas para aumento de capital mediante a capitalização de parte do saldo da "Reserva para Investimentos e Capital de Giro" conforme fato relevante divulgado ao mercado pela investida em 16 de abril de 2024.

21 Resultado financeiro

O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicação em renda fixa	33.143	57.057	33.900	57.885
Varição de aplicação em renda variável	127.845	93.258	127.845	93.258
Aluguel de ações	-	453	-	453
Outras receitas financeiras	1.637	2.168	1.655	2.218
Total das receitas financeiras	162.625	152.936	163.400	153.814
Encargos sobre empréstimos	(12.726)	(33.170)	(12.726)	(33.170)
Encargos sobre debêntures	(67.276)	(99.744)	(67.276)	(99.744)
Juros sobre arrendamento mercantil	(741)	(682)	(741)	(682)
Tributos sobre receita financeira	(3.143)	(29.265)	(3.154)	(29.278)
Outras despesas financeiras	(102)	(54)	(102)	(99)
Total das despesas financeiras	(83.988)	(162.915)	(83.999)	(162.973)
Resultado financeiro líquido	78.637	(9.979)	79.401	(9.159)

22 Imposto de renda e contribuição social

O quadro abaixo apresenta a reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	14.233	1.125.952	14.557	1.126.144
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(4.815)	(382.823)	(4.648)	(382.868)
Adições	(5.781)	(31.229)	(6.366)	(31.270)
Crédito tributário não constituído - prejuízo fiscal base negativa	-	(381)	-	(382)
Outras adições	(5.781)	(30.848)	(6.366)	(30.888)
Exclusões	69.005	167.081	69.099	166.975
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	(277)	16.467	(285)	16.467
Variação de percentual de investidas	-	4	-	4
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	55.420	128.316	55.420	128.316
Valor justo – renda variável	417	8.847	498	8.847
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	84	-	100	17
Outras exclusões	13.361	13.447	13.366	13.324
Imposto de renda e contribuição social	58.409	(246.971)	58.085	(247.163)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(172)	-	(1.365)	(828)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.581	(246.971)	59.450	(246.335)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(410%)	22%	(399%)	22%

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

23.1 Por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos, majoritariamente, por operações compromissadas, títulos públicos, LF e CDB de instituições financeiras, fundos de investimento, ações de companhias listadas na B3 e em bolsas internacionais, futuro de dólar, futuro de ibovespa, termo de ações, empréstimos e debêntures.

Os quadros abaixo apresentam os instrumentos financeiros classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia:

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	803.083	80	803.163	419.331	13	419.344
Aplicações financeiras ^{(1) (2)}	712.051	-	712.051	1.061.997	-	1.061.997
Dividendos e JCP a receber	-	4.343	4.343	-	3.201	3.201
Operações financeiras ^(a)	-	-	-	693	-	693
Investimentos ^{(1) (3)}	883.816	-	883.816	1.289.518	-	1.289.518
Total dos ativos	2.398.950	4.423	2.403.373	2.771.539	3.214	2.774.753

⁽¹⁾ Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações (**nota explicativa 11**). Em dezembro de 2024, o Alta FIP foi alienado no âmbito da oferta pública de cotas do Voss FIF, realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽²⁾ Em dezembro de 2024 a Companhia alienou a totalidade das cotas de sua titularidade no Voss FIF, cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, ações, cotas de FIM e FICs de FIM e cotas de FIPs (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽³⁾ Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 11**).

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(120)	(120)	-	(51)	(51)
Dividendos e JCP a pagar	-	(8.714)	(8.714)	-	(169.365)	(169.365)
Operações financeiras (a)	(253)	-	(253)	-	-	-
Empréstimos	-	(109.935)	(109.935)	-	(108.146)	(108.146)
Debêntures	-	(563.285)	(563.285)	-	(559.363)	(559.363)
Total dos passivos	(253)	(682.054)	(682.307)	-	(836.925)	(836.925)

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	805.047	88	805.135	432.870	111	432.981
Aplicações financeiras ^{(1) (2)}	712.051	-	712.051	1.061.997	-	1.061.997
Contas a receber	-	46.197	46.197	-	41.105	41.105
Dividendos a receber	-	4.343	4.343	-	3.201	3.201
Operações financeiras (a)	-	-	-	693	-	693
Investimentos ^{(1) (3)}	883.816	-	883.816	1.289.518	-	1.289.518
Propriedades para investimento	5.896	-	5.896	40.664	-	40.664
Total dos ativos	2.406.810	50.628	2.457.438	2.825.742	44.417	2.870.159

⁽¹⁾ Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações (**nota explicativa 11**). Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽²⁾ Em dezembro de 2024 a Companhia alienou a totalidade das cotas do Voss FIF, cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, ações, cotas de FIM e FICs de FIM e cotas de FIPs (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽³⁾ Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 11**).

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(3.583)	(3.583)	-	(3.534)	(3.534)
Dividendos e JCP a pagar	-	(8.714)	(8.714)	-	(169.365)	(169.365)
Operações financeiras (a)	(253)	-	(253)	-	-	-
Empréstimos	-	(109.935)	(109.935)	-	(108.146)	(108.146)
Debêntures	-	(563.285)	(563.285)	-	(559.363)	(559.363)
Total dos passivos	(253)	(685.517)	(685.770)	-	(840.408)	(840.408)

(a) Créditos e obrigações com operações financeiras
(i) Futuro de dólar e de Ibovespa

A Companhia se utiliza de derivativos como parte de sua estratégia de investimento e/ou para fins de proteção, incluindo compras e vendas no mercado futuro. Essas operações são realizadas no âmbito da B3, com ajustes de posição liquidados diariamente (**nota explicativa 6**).

23.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de parte de seus ativos e passivos. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base na premissa de que os participantes do mercado possam mensurar o valor de mercado de um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza as premissas utilizadas na medição em três grandes níveis:

Nível 1. Mercado Ativo: Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo;

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Os quadros abaixo apresentam os saldos de ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo:

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	-	200.953	-	-	200.241	-
Letras Financeiras	-	29.779	-	-	55.804	-
Ações ⁽¹⁾	251.946	-	-	422.921	-	-
Fundos de renda fixa	20.075	-	-	48.651	-	-
Compromissadas	-	602.130	-	-	219.090	-
FIA e FIC de FIA	231.536	-	59.638	149.052	-	67.492
FIM e FIC de FIM	-	45.933	-	-	42.209	-
FIPs	-	5.722	7	-	23.789	191.930
FIIs	14.592	-	39.944	19.200	-	40.949
FIDCs	-	12.879	-	-	-	-
Ibovespa futuro	-	-	-	338	-	-
Dólar futuro	-	-	-	355	-	-
Investimentos ^{(1) (2)}	883.816	-	-	1.248.907	-	40.611
Total dos ativos	1.401.965	897.396	99.589	1.889.424	541.133	340.982

⁽¹⁾ Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações (**nota explicativa 11**). Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽²⁾ Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 11**).

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	-	202.917	-	-	213.780	-
Letras Financeiras	-	29.779	-	-	55.804	-
Ações ⁽¹⁾	251.946	-	-	422.921	-	-
Fundos de renda fixa	20.075	-	-	48.651	-	-
Compromissadas	-	602.130	-	-	219.090	-
FIA e FIC de FIA	231.536	-	59.638	149.052	-	67.492
FIM e FIC de FIM	-	45.933	-	-	42.209	-
FIPs	-	5.722	7	-	23.789	191.930
FIIs	14.592	-	39.944	19.200	-	40.949
FIDCs	-	12.879	-	-	-	-
Ibovespa futuro	-	-	-	338	-	-
Dólar futuro	-	-	-	355	-	-
Investimentos ^{(1) (2)}	883.816	-	-	1.248.907	-	40.611
Propriedades para investimento ⁽³⁾	-	5.896	-	-	40.664	-
Total dos ativos	1.401.965	905.256	99.589	1.889.424	595.336	340.982

⁽¹⁾ Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações (**nota explicativa 11**). Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽²⁾ Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 11**).

⁽³⁾ Ativo mensurado pelo método comparativo por meio de preço observável a mercado.

A Companhia não detém passivos financeiros com saldos mensurados a valor justo.

23.3 Gerenciamento de riscos

23.3.1 Risco em investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

A Companhia detém investimentos no setor imobiliário, sendo o principal deles através de sua controlada Timbutuva, sociedade onde a Companhia detém 100% do capital social. Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento de loteamento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade da Timbutuva. Esse empreendimento foi lançado em novembro de 2022. Desta forma, a Companhia está exposta à riscos associados à atividade imobiliária, e que podem ser fortemente influenciados pelo aumento da carga tributária, desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política.

23.3.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não contar com recursos financeiros suficientes para cumprir com as suas obrigações financeiras nas respectivas datas de vencimento.

A Administração monitora continuamente sua liquidez para, sempre que possível, assegurar que a Companhia tenha caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

Os quadros abaixo demonstram a análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto:

	Controladora							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	(120)	-	-	(120)	(51)	-	-	(51)
Dividendos e JCP a pagar	(8.714)	-	-	(8.714)	(169.365)	-	-	(169.365)
Operações financeiras	(253)	-	-	(253)	-	-	-	-
Empréstimos	(113.108)	-	-	(113.108)	(61.057)	(56.595)	-	(117.652)
Debêntures	(127.068)	(615.743)	(28.035)	(770.846)	(64.300)	(649.983)	(57.079)	(771.362)
Total	(249.263)	(615.743)	(28.035)	(893.041)	(294.773)	(706.578)	(57.079)	(1.058.430)

	Consolidado							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.583)	-	-	(3.583)	(3.534)	-	-	(3.534)
Dividendos e JCP a pagar	(8.714)	-	-	(8.714)	(169.365)	-	-	(169.365)
Operações financeiras	(253)	-	-	(253)	-	-	-	-
Empréstimos	(113.108)	-	-	(113.108)	(61.057)	(56.595)	-	(117.652)
Debêntures	(127.068)	(615.743)	(28.035)	(770.846)	(64.300)	(649.983)	(57.079)	(771.362)
Total	(252.726)	(615.743)	(28.035)	(896.504)	(298.256)	(706.578)	(57.079)	(1.061.913)

23.3.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, especialmente de instituições financeiras depositárias de recursos ou aplicações financeiras. Para mitigar esse risco, a Companhia possui uma política de aplicações financeiras, que estabelece limites de exposição por instituição financeira e considera *ratings* das mesmas pelas agências de risco como referência para definição de tais limites. O enquadramento aos limites estabelecidos é constantemente monitorado pela Administração da Companhia.

23.3.4 Risco cambial

O risco cambial decorre da possibilidade de haver oscilações nas taxas de câmbio negociadas no mercado. Considerando que a Companhia tem exposição positiva ao dólar americano, o risco ao qual a Companhia está exposta é o de desvalorização do Dólar frente ao Real.

A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco cambial a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade (**nota explicativa 23.4(i)**).

23.3.5 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função de oscilações nas taxas de juros negociadas no mercado.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em renda fixa indexadas às taxas SELIC e CDI, e em caso de redução dessas taxas, é provável que a Companhia apresente uma redução nos ganhos dessas aplicações financeiras. Por outro lado, a Companhia possui passivos (empréstimos e debêntures) indexados ao CDI, fazendo com que os aumentos dessa taxa resultem em aumentos das despesas financeiras relacionadas a esses passivos.

Considerando que os impactos financeiros da variação das taxas de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados dessas variações poderão ser parcialmente compensados.

A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de taxa de juros a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade (**nota explicativa 23.4(ii)**).

23.3.6 Risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos

Os principais investimentos avaliados a valor justo detidos pela Companhia são compostos pelas participações em Klabin S.A.¹, Ultrapar Participações S.A.² e BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas³ (sendo os dois últimos detidos exclusivamente por fundos exclusivos da Companhia). Dado a relevância desses ativos no portfólio da Companhia, o resultado da Companhia está fortemente exposto à variação dos preços desses ativos.

Adicionalmente, a Companhia investe, através de seus fundos exclusivos, que são geridos de forma discricionária por gestores independentes, em ações negociadas na B3 e em bolsas estrangeiras e em cotas de fundos de investimentos, estando, portanto, exposta à variação dos preços desses ativos.

Com o intuito de proteger parcialmente o risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos, a Companhia e os gestores de seus fundos exclusivos podem vir a utilizar derivativos para fins de proteção, como compra ou venda de opções de ações e índices futuros e contratos de *swap*.

A Administração da Companhia monitora constantemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de volatilidade no preço das ações e das cotas de fundos de investimentos a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade (**nota explicativa 23.4(ii)**).

¹ Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de Klabin S.A. estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

² Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de Ultrapar Participações S.A. estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

³ Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

23.4 Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade do câmbio

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2024, considerando desvalorizações da taxa de câmbio R\$/US\$ de 25% e 50%:

	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa de câmbio R\$/US\$ em 31 de dezembro de 2024	6,19	4,64	3,10
Ações	251.946	188.959	125.973
Dólar futuro (valor nominal)	93.917	70.438	46.959
Total	345.863	259.397	172.932
Efeito no resultado financeiro	-	(86.466)	(172.931)

(ii) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

Os quadros abaixo apresentam a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2024, considerando a redução das taxas do cenário base em 25% e 50% e seus impactos para as aplicações financeiras, e um aumento das taxas do cenário base em 25% e 50% e seus impactos para os empréstimos e debêntures emitidas pela Companhia.

	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa CDI/SELIC em 31 de dezembro de 2024	12,15%	9,11%	6,08%
CDBs	234.175	226.308	218.445
Fundos de renda fixa	23.189	22.410	21.631
Letras financeiras	34.398	33.243	32.088
Compromissadas	695.533	672.168	648.813
Total	987.295	954.129	920.977
Efeito no resultado financeiro ⁽¹⁾	-	(33.166)	(66.318)

⁽¹⁾ Considera o impacto, sobre as aplicações financeiras em renda fixa, de quedas de 25% e 50%, respectivamente, sobre a taxa de juros de mercado, pelo horizonte de 12 meses à frente.

	Cenário base	Cenário I +25%	Cenário II +50%
Taxa CDI/SELIC em 31 de dezembro de 2024	12,15%	15,19%	18,23%
Empréstimos	(113.108)	(113.781)	(114.441)
Debêntures	(770.846)	(861.022)	(905.077)
Total	(883.954)	(974.803)	(1.019.518)
Efeito no resultado financeiro ⁽¹⁾	-	(90.849)	(135.564)

⁽¹⁾ Considera o impacto, sobre o fluxo de caixa dos empréstimos e debêntures até seus respectivos vencimentos, de aumentos de 25% e 50%, respectivamente, sobre a curva de juros de mercado.

Considerando que os impactos financeiros da variação da taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados dessas variações poderão ser parcialmente compensados.

(iii) Análise de sensibilidade dos preços de ações e cotas de fundos de investimentos

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade no valor das ações e nas cotas de fundos de investimentos, com base nas cotações de mercado em 31 de dezembro de 2024, considerando a desvalorização da carteira em 25% e 50%:

	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
FIA e FIC de FIA	291.174	218.381	145.587
Ações ⁽¹⁾	251.946	188.960	125.973
FIM e FIC de FIM	45.933	34.450	22.967
FIPs	5.729	4.297	2.865
FIIs	54.536	40.902	27.268
FIDCs	12.879	9.659	6.440
Investimentos ^{(1) (2)}	883.816	662.862	441.908
Total	1.546.013	1.159.511	773.008
Efeito no resultado financeiro	-	(386.502)	(773.005)

⁽¹⁾ Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações (**nota explicativa 11**). Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 8 (b)**).

⁽²⁾ Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 11**).

24 Cobertura de seguros

O conteúdo da sede da Companhia, situada no Rio de Janeiro/RJ, está coberto por apólice de seguros contra incêndio e danos.

A Companhia também possui apólice de seguro com cobertura para danos, furto e roubo para veículos de sua propriedade e seguro de responsabilidade civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros (*D&O - Directors and Officers*).

No âmbito do empreendimento imobiliário Alphaville Paraná (**nota explicativa 7**), a parceira Alphaville mantém contratada apólice de seguro prestamista para garantia do recebimento do saldo devedor referente a venda dos lotes da controlada Timbutuva.

Todas as apólices de seguro estavam vigentes no exercício reportado e são renovadas sempre que necessário.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 9A4BF631-BF4D-420A-9817-0DC135319130
 Assunto: Complete com o Docusign: MONTEIROARANHA24.DEZ(DF).pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 59
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Renato C Fernandes
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 renato.cfernandes@pwc.com
 Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original
 21 de fevereiro de 2025 | 16:35

Portador: Renato C Fernandes
 renato.cfernandes@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original
 21 de fevereiro de 2025 | 16:42

Portador: CEDOC Brasil
 BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

caren macohin
 caren.macohin@pwc.com
 PwC

Assinatura

DocuSigned by:

 910EEF671FE0435...

Registro de hora e data

Enviado: 21 de fevereiro de 2025 | 16:37
 Visualizado: 21 de fevereiro de 2025 | 16:41
 Assinado: 21 de fevereiro de 2025 | 16:42

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 134.238.160.202

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SyngularID Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Renato C Fernandes
 renato.cfernandes@pwc.com
 Manager

Copiado

Enviado: 21 de fevereiro de 2025 | 16:42
 Visualizado: 21 de fevereiro de 2025 | 16:42
 Assinado: 21 de fevereiro de 2025 | 16:42

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	21 de fevereiro de 2025 16:37
Entrega certificada	Segurança verificada	21 de fevereiro de 2025 16:41
Assinatura concluída	Segurança verificada	21 de fevereiro de 2025 16:42
Concluído	Segurança verificada	21 de fevereiro de 2025 16:42

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Atualização de Orçamento de Capital

Nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976, a Assembleia pode deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício social para executar orçamento de capital por ela previamente aprovado, observado que, em caso de orçamento plurianual, o orçamento de capital deve ser objeto de revisão anual.

Nesse contexto, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024 os acionistas da Companhia aprovaram proposta de orçamento de capital, no montante de R\$ 281.480.010,44 (duzentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e oitenta mil e dez reais e quarenta e quatro centavos), com duração de 5 (cinco) exercícios sociais, na forma das disposições do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976.

Considerando os investimentos e aportes em fundos de investimentos já executados pela Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram baixados R\$ 162.155.656,10 (cento e sessenta e dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dez centavos) das retenções, restando o montante de R\$ 119.324.354,34 (cento e dezenove milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) para financiar o orçamento de capital previamente aprovado, considerando a previsão de investimentos no período de duração remanescente do orçamento de capital. Assim, o orçamento de capital passa a prever a seguinte distribuição:

a) R\$ 45.324.354,34 (quarenta e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) para investimentos e aportes em fundos de investimentos; e

b) R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais) para serviço das dívidas da Companhia.

Ressalta-se que a totalidade dos investimentos aqui previstos tiveram como fonte os lucros retidos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme retenção previamente aprovada nos termos do art. 196 da Lei 6.404/1976, não havendo previsão de retenção adicional de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para essa finalidade.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

A Administração

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em observância as normas em vigor, constantes no inciso V do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, as diretoras da Monteiro Aranha S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, referentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em de 31 de dezembro de 2024, emitido em 21 de fevereiro de 2025.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho
Diretora Presidente

Flavia Coutinho Martins
Diretora de Relação com Investidores

Tania Maria Camilo
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Em observância as normas em vigor, constantes no inciso VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, as diretoras da Monteiro Aranha S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao período findo em de 31 de dezembro de 2024, e autorizaram sua emissão e divulgação na presente data.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho
Diretora Presidente

Flavia Coutinho Martins
Diretora de Relação com Investidores

Tania Maria Camilo
Diretora